

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 3.085/2021

1. DO OBJETO

- 1.1.1.** Contratação de empresa especializada para em ESTERILIZAÇÃO POR ÓXIDO DE ETILENO para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã, conforme condições, especificações, exigências, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
- 1.1.2.** Requisitante: Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã.
- 1.1.3.** Fundamentação legal: Pregão Eletrônico via registro de preços, com base na Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;
- 1.1.4.** Tipo: Menor preço global, nos termos da Lei nº. 8666/93.

2. DO QUANTITATIVO

- 2.1.** A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE.
1	14273	Abridor de Boca de Bucomaxilo	Unid.	30
2	14273	Algodão ortopédico	Pcts.	7.000
3	14273	Almotolia	Unid.	50
4	14273	Ambú Adulto Completo	Unid.	1.012
5	14273	Ambú Neonatal Completo	Unid.	800
6	14273	Ambú Infantil Completo	Unid.	200

7	14273	Balão de Reinalação	Unid.	50
8	14273	Banda Elástica	Unid.	100
9	14273	Bolsa de Anestesia Baraka- P/M/G	Unid.	200
10	14273	Bolsa de Ventilação Grande	Unid.	50
11	14273	Bomba para retirar leite	Unid.	240
12	14273	Borracha de Silicone	Unid.	8.000
13	14273	Caneta bipolar (ou pinça, ou cautério)- caneta de neurocirurgia	Unid.	400
14	14273	Caneta bisturi bipolar com cabo + ponteira	Unid.	9.680
15	14273	Caneta de Buco- maxilo	Unid.	100
16	14273	Cânula de Guedel	Unid.	300
17	14273	Cânula Nasofaríngea	Unid.	100
18	14273	Capa para Videocirurgia	Unid.	600
19	14273	Cassete Expiratório Maquet	Unid.	40
20	14273	Chicote de Nebulizador	Unid.	1.700
21	14273	Chicote de O2	Unid.	50
22	14273	Chicote para Ressuscitador Manual	Unid.	100
23	14273	Chuca	Unid.	190
24	14273	Circuito CPAP completo	Unid.	720
25	14273	Circuito de Máscara de CPAP	Unid.	160
26	14273	Circuito de respirador completo	Unid.	672
27	14273	Circuito de respirador- sem umidificador	Unid.	4.800
28	14273	Circuito/Coletor Externo de Drenagem para DVE	Unid.	60
29	14273	Clamp Umbilical	Unid.	12

30	14273	Conector para CPAP	Unid.	480
31	14273	Conector Plástico	Unid.	48
32	14273	Conector Y-T, Reto	Unid.	600
33	14273	Conexão em Y	Unid.	288
34	14273	Conjunto de macronebulização completo	Unid.	5.100
35	14273	Conjunto de nebulização (micronebulizador) – completo	Unid.	3.360
36	14273	Cotonóide	Unid.	200
37	14273	Espaço morto	Unid.	240
38	14273	Espéculo vaginal	Unid.	1.440
39	14273	Extensão de PVC	Unid.	360
40	14273	Extensão de Silicone	Unid.	500
41	14273	Extensão para Pinça Bipolar	Unid.	200
42	14273	Faca de Blair	Unid.	100
43	14273	Faixa de Smarch	Unid.	5.000
44	14273	Frasco de drenagem torácica	Unid.	30
45	14273	Gelfoan	Unid.	200
46	14273	Kit para Oxigenioterapia	Unid.	600
47	14273	Lâmina de Blair	Unid.	50
48	14273	Mamadeira	Unid.	480
49	14273	Máscara de ambú adulto e Infantil	Unid.	40
50	14273	Máscara de ambú neonatal	Unid.	480
51	14273	Máscara de Hudson	Unid.	1.280
52	14273	Máscara de micronebulização	Unid.	50

53	14273	Máscara de O2 com balão de reabsorção	Unid.	100
54	14273	Máscara de Ressuscitador Manual	Unid.	300
55	14273	Máscara de traqueostomia	Unid.	400
56	14273	Máscara para indução anestésica	Unid.	100
57	14273	Micropore 5 cm com tiras de 10 cm / 15 cm / 20 cm	Rolo	500
58	14273	Ponteira banco de leite	Unid.	340
59	14273	Ponteira de caneta de bisturi	Unid.	50
60	14273	Ponteira Plástica	Unid.	120
61	14273	Pronga Nasal	Unid.	200
62	14273	Sensor de Fluxo	Unid.	300
63	14273	Sensor de fluxo neonatal	Unid.	336
64	14273	Sensor de vias aéreas de silicone	Unid.	50
65	14273	Serra Manual	Unid.	100
66	14273	Transofix	Unid.	500
67	14273	Traquéia de silicone corrugada	Unid.	3.050
68	14273	Umidificador de O2	Unid.	900
69	14273	Umidificador de respirador	Unid.	300
70	14273	Válvula expiratória acrílica de respirador	Unid.	340
71	14273	Vidro pequeno	Unid.	200

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, bem como contratação de serviços que visam à composição da sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição, para contratação de empresa especializada em esterilização por óxido de etileno, justifica-se em razão da necessidade de reuso dos artigos médico-hospitalares passíveis de reesterilização, mas que não podem

ser esterilizados em autoclave, eis que são termossensíveis, tudo em conformidade com as normas legais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

3.3. Uma das formas mais usadas para esterilização é o Óxido de Etileno (ETO), indicada para os materiais termossensíveis, que são aqueles cujas características físicas sejam incompatíveis com os processos convencionais de esterilização por vapor e alta temperatura. Neste perfil se encaixam artigos respiratórios, cateteres, conexões plásticas de equipamentos médicos, seringas, embalagens de produtos estéreis, entre outros.

3.4. Como o ETO é um gás altamente penetrante, com grande difusibilidade e solubilidade, o material pode ser esterilizado diretamente em sua embalagem primária e secundária. Ele substitui os processos físicos de esterilização (calor seco e calor úmido) e processos químicos a frio – glutaraldeído e formaldeído.

3.5. Tal contratação suprirá a demanda do município de Nova Friburgo pelo período de 12 meses e se dará pelo sistema de registro de preços.

4. DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. É imprescindível que a empresa prestadora do serviço atenda a todas as exigências previstas na legislação vigente, em especial a Portaria Interministerial n.º 482/1999, RDC 15/02, 156/06 e RE 2606/06, todos da ANVISA.

4.2. A empresa a ser contratada deverá possuir a Licença de Funcionamento para a Unidade de Esterilização, bem como a Licença Sanitária vigente, ambas emitidas pela Vigilância Sanitária competente (Portaria Interministerial 482/1999 – Itens 03 e 04 do Regulamento Técnico).

5. DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A empresa será responsável pela coleta e devolução dos materiais, que deverão ser realizados 02 (duas) vezes por semana, podendo haver alterações de acordo com a demanda, em horários a serem determinados pelas Unidades Requisitantes, nos endereços de suas respectivas sedes:

5.1.1. Hospital Municipal Raul Sertã – Rua General Osório, n.º 324, Centro, Nova Friburgo/RJ;

5.1.2. Hospital Maternidade – Travessa Antônio Fernandes Moreira, n.º 12, Centro, Nova Friburgo/RJ.

5.2. Os quantitativos dos materiais listados no subitem 2.1 do presente Termo de Referência são divididos da seguinte forma entre os Requiritantes:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO:	UND.	HMRS	HMDMDC	TOTAL
1	Abridor de Boca de Bucomaxilo	Unid.	30	0	30
2	Algodão ortopédico	Pcts.	7.000	0	7000
3	Almotolia	Unid.	0	50	50
4	Ambú Adulto Completo	Unid.	1.000	12	1012
5	Ambú Neonatal Completo	Unid.	0	800	800
6	Ambú Infantil Completo	Unid.	200	0	200
7	Balão de Reinalação	Unid.	50	0	50
8	Banda Elástica	Unid.	100	0	100
9	Bolsa de Anestesia Baraka- P/M/G	Unid.	200	0	200
10	Bolsa de Ventilação Grande	Unid.	0	50	50
11	Bomba para retirar leite	Unid.	0	240	240
12	Borracha de Silicone	Unid.	8.000	0	8000
13	Caneta bipolar (ou pinça, ou cautério)- caneta de neurocirurgia	Unid.	400	0	400
14	Caneta bisturi bipolar com cabo + ponteira	Unid.	8.000	1.680	9680
15	Caneta de Buco- maxilo	Unid.	100	0	100
16	Cânula de Guedel	Unid.	200	100	300
17	Cânula Nasofaríngea	Unid.	100	0	100
18	Capa para Videocirurgia	Unid.	600	0	600
19	Cassete Expiratório Maquet	Unid.	40	0	40
20	Chicote de Nebulizador	Unid.	1.700	0	1700

21	Chicote de O2	Unid.	0	50	50
22	Chicote para Ressuscitador Manual	Unid.	100	0	100
23	Chuca	Unid.	0	190	190
24	Circuito CPAP completo	Unid.	0	720	720
25	Circuito de Máscara de CPAP	Unid.	160	0	160
26	Circuito de respirador completo	Unid.	0	672	672
27	Circuito de respirador- sem umidificador	Unid.	4.800	0	4800
28	Circuito/Coletor Externo de Drenagem para DVE	Unid.	60	0	60
29	Clamp Umbilical	Unid.	0	12	12
30	Conector para CPAP	Unid.	0	480	480
31	Conector Plástico	Unid.	0	48	48
32	Conector Y-T, Reto	Unid.	600	0	600
33	Conexão em Y	Unid.	0	288	288
34	Conjunto de macronebulização completo	Unid.	4.800	300	5100
35	Conjunto de nebulização (micronebulizador) – completo	Unid.	2.400	960	3360
36	Cotonóide	Unid.	200	0	200
37	Espaço morto	Unid.	0	240	240
38	Espéculo vaginal	Unid.	0	1.440	1440
39	Extensão de PVC	Unid.	0	360	360
40	Extensão de Silicone	Unid.	400	100	500
41	Extensão para Pinça Bipolar	Unid.	200	0	200
42	Faca de Blair	Unid.	100	0	100
43	Faixa de Smarch	Unid.	5.000	0	5000
44	Frasco de drenagem torácica	Unid.	0	30	30
45	Gelfoan	Unid.	200	0	200
46	Kit para Oxigenioterapia	Unid.	600	0	600
47	Lâmina de Blair	Unid.	50	0	50

48	Mamadeira	Unid.	0	480	480
49	Máscara de ambú adulto e Infantil	Unid.	40	0	40
50	Máscara de ambú neonatal	Unid.	0	480	480
51	Máscara de Hudson	Unid.	800	480	1280
52	Máscara de micronebulização	Unid.	50	0	50
53	Máscara de O2 com balão de reabsorção	Unid.	100	0	100
54	Máscara de Ressuscitador Manual	Unid.	300	0	300
55	Máscara de traqueostomia	Unid.	400	0	400
56	Máscara para indução anestésica	Unid.	0	100	100
57	Micropore 5 cm com tiras de 10 cm / 15 cm / 20 cm	Rolo	400	100	500
58	Ponteira banco de leite	Unid.	0	340	340
59	Ponteira de caneta de bisturi	Unid.	50	0	50
60	Ponteira Plástica	Unid.	120	0	120
61	Pronga Nasal	Unid.	0	200	200
62	Sensor de Fluxo	Unid.	300	0	300
63	Sensor de fluxo neonatal	Unid.	0	336	336
64	Sensor de vias aéreas de silicone	Unid.	0	50	50
65	Serra Manual	Unid.	100	0	100
66	Transofix	Unid.	400	100	500
67	Traquéia de silicone corrugada	Unid.	3.000	50	3050
68	Umidificador de O2	Unid.	700	200	900
69	Umidificador de respirador	Unid.	0	300	300
70	Válvula expiratória acrílica de respirador	Unid.	40	300	340
71	Vidro pequeno	Unid.	0	200	200

6. DA EMBALAGEM, ROTULAGEM, TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DOS MATERIAIS

- 6.1.** Ao receber os materiais, caberá à Contratada, sem ônus à Contratante, realizar sua triagem, prepará-los em papel adequado, com identificação da empresa, etiquetá-los e esterilizá-los por óxido de etileno e, após, devolvê-los prontos para utilização.
- 6.2.** A embalagem primária dos materiais submetidos ao agente esterilizante, deve ser de papel grau cirúrgico ou combinação deste com filme plástico, ou material comprovadamente eficaz quanto às características de penetração e exaustão do gás, integridade física e barreira antimicrobiana.
- 6.3.** O fechamento da embalagem primária deve ser realizado por termo selagem ou outro processo compatível com o material empregado, de modo a garantir a sua integridade e a do produto contido.
- 6.4.** A rotulagem da embalagem primária e secundária deve conter a indicação do processo a que foi submetido (esterilização, reesterilização ou reprocessamento a gás óxido de etileno), a data de sua realização, o número do lote, o prazo de validade, o nome do responsável pelo processo e identificação do estabelecimento.
- 6.5.** A embalagem utilizada para o transporte de artigos e materiais a serem submetidos a processamento e reprocessamento, deve ser recipiente rígido, liso e fechado hermeticamente e conter rótulo com lista dos produtos, nome do estabelecimento solicitante e do prestador dos serviços, bem como identificação de material infectante afixada em sua superfície.
- 6.6.** A embalagem para transporte de materiais e artigos já submetidos ao reprocessamento deve garantir condições ambientais higiênicas, manutenção de integridade da embalagem primária e esterilidade do produto, além de conter identificação do estabelecimento reprocessador e do solicitante e relação dos artigos esterilizados.
- 6.7.** O traslado externo dos recipientes a que se refere os subitens 7.5 e 7.6, deve ser realizado em veículos exclusivos para este fim, com as mesmas identificações, devendo ser asseguradas as condições de desinfecção e higiene necessárias à preservação da saúde humana.

- 6.8.** Os serviços serão recusados pela Contratante, nas hipóteses de apresentarem vícios de qualidade ou quaisquer outros danos que os desqualifiquem perante as exigências deste Termo de Referência.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1.** A Contratada deverá observar os prazos de coleta e devolução dos itens estipulados pelos requisitantes, quanto a devolução, esta nunca poderá ser superior a 07 (SETE) dias.
- 7.2.** Deverá também, identificar individualmente: todos os materiais, a unidade de saúde de destino e o respectivo setor, fazendo-se grafar na embalagem a data, lote e validade da esterilização, para cumprimento e eficácia da prestação de serviços.
- 7.3.** A coleta e devolução deverão ser realizadas por funcionário da Contratada devidamente uniformizado e identificado, cabe a este realizar a conferência dos materiais nos atos descritos acima, tomando nota do que foi retirado e entregue, assinando a via e deixando cópia com responsável indicado por cada unidade requisitante que deverá também assinar as vias de controle.
- 7.4.** Os serviços deverão ser executados em oficina própria da Contratada.
- 7.5.** Compete à Contratada o fornecimento da embalagem dos materiais a serem esterilizados.
- 7.6.** A Contratada deverá realizar as esterilizações em todos os materiais especificados na relação acima, independente de tamanhos, dimensões, marcas, modelos e referências.
- 7.7.** Ademais, deverá realizar a esterilização em todos os materiais coletados, bem como naqueles que já tenham sido esterilizados mas tenham perdido a validade.
- 7.8.** Em casos de inadequações nos processos de esterilização ou danos à embalagem, caberá à Contratante comunicar à Contratada o fato, e esta, imediatamente, deverá refazer o serviço, sem qualquer ônus à Contratante.

- 7.9.** A empresa será responsável pela lavagem, secagem e embalagem dos materiais, devendo exercer controle de qualidade, eliminando quaisquer sujidades e a assegurando a condição de primeiro uso.
- 7.10.** Deverá ainda, a cada entrega, apresentar planilha de fácil compreensão, na qual deverão ser devidamente identificados os materiais submetidos ao procedimento de esterilização.
- 7.11.** Juntamente aos materiais esterilizados, a empresa deverá entregar o laudo da análise microbiológica por lote processado.
- 7.12.** Enviar, a cada ciclo, um laudo com parâmetros técnicos do procedimento de esterilização ao qual os materiais foram submetidos, devidamente assinado pelo Responsável Técnico.
- 7.13.** Prestar o serviço de esterilização de acordo com as leis sanitárias, de forma a garantir a segurança na utilização dos materiais, incluindo controle de qualidade em todas as etapas.
- 7.14.** Comunicar à Contratante, por escrito, quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua perfeita execução.
- 7.15.** Conferir o material, avaliando a compatibilidade com o processo de esterilização requerido.
- 7.16.** Garantir a entrega do material nas mesmas quantidades enviadas.
- 7.17.** Garantir o uso de indicador químico em todas as embalagens, indicando que o material passou pelo processo de esterilização.
- 7.18.** Garantir, na prestação de serviços, o processo de cultura microbiológica, através de indicadores biológicos em todos os lotes de esterilização, mantendo tal registros à disposição da Contratante.
- 7.19.** Emitir laudo de esterilização, sempre que solicitado, informando os parâmetros utilizados a cada lote de esterilização, para arquivo e/ou apresentação aos órgãos de Vigilância Sanitária, quando assim exigidos.
- 7.20.** Permitir acesso de servidores da Contratante no local da execução dos serviços objeto deste processo para quaisquer inspeções ou diligências.

- 7.21.** Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.
- 7.22.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente os serviços efetivamente prestados e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal.
- 7.23.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 7.24.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (TRÊS) dias, o produto/serviço com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência.
- 7.25.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação.
- 7.26.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
- 7.27.** Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 7.28.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 02 (DUAS) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 7.29.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Caberá à Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.2. Receber provisoriamente os materiais esterilizados provenientes da prestação de serviços, disponibilizando local, data e horários;

8.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

8.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente serviço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

9.1.1. Elemento de despesa – 33.90.39-46

9.1.2. Fonte de recurso-07 – SUS

9.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

9.2.1. Hospital Municipal Raul Sertão: 30001.1030200702.188;

9.2.2. Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro: 30001.1030200702.189;

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

10. DA LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3. FGTS;

11.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

11.2. O pagamento da despesa será efetuado conforme relação dos materiais esterilizados mensalmente, respeitando os valores descritos na respectiva Ata de Registro de Preços. Desta forma não há o que falar em pagamento de valor fixo pela prestação do serviço, e sim pagamento correspondente ao quantitativo de material esterilizado mensalmente.

11.3. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os servidores abaixo arrolados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	UNIDADE
FERNANDA NEVES DA VEIGA PACHECO	062.384	GESTORA TITULAR	-
CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA	-
SELMA VITOR DE ALEMIDA	207.470	FISCAL TITULAR	HMRS
KELLY LEAL S. FAZOLI	106.118	FISCAL SUBSTITUTA	HMRS
NÉLIO DOS SANTOS JUNIOR	062.095	FISCAL TITULAR	HMDMDC
PRISCILA INÁCIO MARTINS	207.459	FISCAL SUBSTITUTA	HMDMDC

12.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como

o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- 12.4.** O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 12.5.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 12.6.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 13.1.** Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;
- 13.2.** Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.
- 13.3.** A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

16.1.1. 25.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

16.1.3. apresentar documentação falsa;

16.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.6. não mantiver a proposta;

16.1.7. cometer fraude fiscal;

16.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

- 16.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 16.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 16.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 16.3.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 16.3.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;
- 16.3.4.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 16.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 16.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 16.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

- 16.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.11.** 25.11 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.12.** 25.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 17.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

18. DA RESCISÃO

- 18.1.** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte da Contratada, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.
- 18.2.** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

18.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

18.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Termo de referência elaborado por:

Fernanda Veiga Pacheco
Gestão de Processos e Contratos
Matrícula: 062.384

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da lei Federal nº 8666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 106.137